

CORPORALIDADE TRANS/TRAVESTI: NOTAS SOBRE O CORPO-POLÍTICO VIA PODER E VIOLÊNCIA

Jailton Melo¹

INTRODUÇÃO

As corporalidades travestis e trans são construídas à margem, subordinadas à cisheteronorma. Nesse escrito, parto de considerações construídas durante o processo de doutoramento direcionadas à compreensão da psicologia enquanto formadora de discursos que permitem entender o corpo enquanto uma experiência política para travestis, mulheres transexuais e homens trans. Faz-se uso do termo “coletividade”², nessa pesquisa, tendo em vista sua estreita ligação com a experiência de gênero na vida política, sendo a experiência de identidade de gênero um elemento que extrapola a genitalidade e perpassa por esferas

¹ Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (Universidade de São Paulo, Brasil). Professor da Universidade Paulista e da Universidade Católica de Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/5133343245992160>. <http://orcid.org/0000-0003-3076-1217>. E-mail: melo.jailtonb@gmail.com. Endereço para correspondência: Não informado. Telefone: Não informado.

² Apesar desse escrito centralizar o debate no que aqui se denomina “coletividade”, é importante frisar que existem especificidades importantes imbuídas no termo. Há análises distintas para os termos utilizados nos estudos de gênero e sexualidade, pois há uma viragem com o movimento social organizado de pessoas trans/travestis, que passa a requerer outras nomenclaturas para auto referenciar indivíduos e grupos (como por exemplo “transhomens”, “transgêneros”, “transfeminina”, entre outros). As experiências de travestis, mulheres transexuais e homens trans são demarcadas pelo caráter singular de tais vidas, às quais estão subordinadas a marcadores sociais (raça, sexualidade, classe social, regionalidade, por exemplo), ao modo como identidade de gênero relaciona-se com a vida política, entre outros elementos que estão para além de ser trans/travesti. Sabendo-se disso, o escrito, ao trazer uma discussão sobre a violência e o poder, entende que tais circunstâncias são essenciais para outras análises nesse campo, das quais as peculiaridades de travestis, mulheres transexuais e homens trans dialogam com questões que extrapolariam uma “coletividade” enquanto argumentação da vida política. Nesse sentido, travestilidades e transexualidades aparecem de modos distintos no arsenal brasileiro, especialmente nas estruturas de instituições sociais, educacionais e de saúde, requerendo perspectivas de cuidado distintas e que se atentem à realidade vivida.

sociais, culturais, políticas e estéticas. Tais dimensões ganham notória complexidade quando chegam a instituições de saúde e de educação, por exemplo, pondo práticas interventivas em discussão.

Pesquisas e documentos (Bento, 2006; Brasil, 2015; Oliveira, 2014) revelam que há um distanciamento das práticas de cuidado de profissionais de saúde em torno da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexo (LGBTI), bem como na prática de professores/as (Louro, 1997; 2015; Souza, 2017). Tais análises giram em torno da comunidade trans/travesti, que se mostra como um dos grupos mais olvidados, especialmente nas instituições citadas, tal como apontam Chohfi, Melo & Souza (2021).

Partindo de tais evidências, este escrito pretende discutir, teoricamente, uma breve compreensão sobre o corpo-político de travestis, mulheres transexuais e homens trans, na tentativa de possibilitar uma análise mediada pelos desarranjos estimulados pelas ciências humanas e sociais. No primeiro momento, discuto como o (bio)poder aparece nas relações sociais, revelado como ratificação de verdades que se tornam vigilantes, à espreita da naturalização das condições de vida, incitando uma arma de resistência pelo e no próprio corpo travesti/trans. No segundo ponto, evidencio como a confusão gerada entre violência e poder está imbuída em práticas perversas nos campos da saúde e da educação, demarcando a violência enquanto fenômeno que empreende a continuidade da precariedade de existências dissidentes, especialmente em países colonizados. Posteriormente, discuto as tecnologias de reparo e vigilância dos corpos trans/travestis como fissuras na construção desses corpos e sua implicação com a experiência de identidade, se aproximando desse aparato tecnológico para instaurar inquéritos. Por último, apresento uma compreensão possível sobre o corpo trans/travesti a partir da perspectiva do público-privado, em diálogo com Giorgio Agamben e Hannah Arendt, visando a importância de reflexão das práticas educativas e de saúde para intervenções às minorias brasileiras.

CORPOS TRANS/TRAVESTIS E (BIO)PODER

O poder acontece onde existe relações humanas. Toda e qualquer relação humana é, portanto, arraigada de poder, que delega, dialoga e normatiza construções e intervenções nos espaços habitados. Nesse sentido, o poder transita tanto pelos espaços públicos como pelos espaços privados (Foucault, 2017).

Sendo o corpo a matéria humana vista, tocada, mensurada e objetificada, é nele que as relações de poder estabelecem suas “verdades”. As corporalidades trans e travestis são, nessa perspectiva, ensaiadas à lógica estrutural da normatização destes corpos pensados e construídos na subjetividade das culturas pré-existentes. A lógica de corpo que dialoga com noções de verdades impostas e vividas são, para estas corporalidades, fragmentos sem sentido, cindindo sua condição de existência e de sujeitos fora do sistema estrutural de instituições.

O estatuto da verdade aparece não somente como uma marca do senso comum (o que seria comum a todas as pessoas), mas como objeto de saber das ciências. Assim, as “forças de verdade” indiciam poder, na medida em que constroem direções e forçam estratégias, indicando quais vidas merecem – e devem – ser vividas (Butler, 2016).

Nessa perspectiva, o poder configura-se via vigilância estabelecida em torno de instrumentos próprios, dentro de um modelo de Estado que cerceia o humano moderno, especialmente no que diz respeito aos elementos subjetivos que o constituem enquanto tal – tais como as vivências coletivas em países colonizados e as experiências latinas de corpos que diferem à norma, pensando em sua estruturação em campos de diversas esferas, especificamente naqueles ligados à saúde e à educação e seus respectivos contextos de práticas e intervenções (Chohfi, Melo & Souza, 2021; Fonseca, 2015; Peres, Soares & Dias, 2018).

Assim, a sexualidade passa a ser entendida como um destes instrumentos, tendo nas discussões profundas e inacabadas sobre corpo e gênero um debate contemporâneo a partir do lugar de vigilância que as tecnologias de reparo constroem e desenham perante a razão e natureza científicas (Carvalho & Melo, 2019). A partir de Foucault (2017) pode-se estabelecer como a sexualidade passa a ser ameaçada pela analogia entre público-privado. Para ele, as verdades acerca do atributo sexual são atribuídas pelo Estado como uma regulamentação de estratégias de sobrevivência cerceadas na bioética do poder, revelada pela vigilância que se instaura a partir das (in)certezas dos corpos.

Essa especulação foucaultiana, à qual se recorre, revela o anonimato pelos quais o corpo humano apresentou – especialmente quando este foge do esperado pelas diagramações de “corpo de mulher” e “corpo de homem” – no decorrer da história, sobretudo nas culturas ocidentais e de países colonizados, como os situados na América Latina.

As artimanhas do poder já nos fazem cair na própria lógica exposta pela linguagem falada. O substantivo “corpo” necessita de um adjetivo (mulher ou homem) para dizer sobre ele. A preposição “de”, nesse caso, indica o material que forma ou que constitui o objeto (corpo), sugerindo que o “corpo de mulher/homem” só existe se qualificado e materializado, especialmente pela relação que o caracteriza.

Para Arendt (2018a), o poder é materializado pela ação do humano-no-mundo em meio aos outros, pois ninguém construiria um poder sozinho. Com base nesse pensamento, circunscreve a lógica de compreendermos o poder como fruto das relações de troca entre humanos a partir de suas realidades vividas.

Nas palavras da autora,

É o poder que mantém a existência do domínio público, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam. O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade

imutável, mensurável e confiável como a força [*force*] e o vigor [*strenght*]. Enquanto o vigor é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (Arendt, 2018a, p. 248, colchetes da autora).

Tais evidências podem ajudar-nos na interpretação das construções de achados científicos sobre as corporalidades dissidentes, especialmente por também estarem situadas na forma como os discursos são produzidos, elencados pela parafernália do poder entre as relações que se estabelecem na esfera pública (seja enquanto instituição ou práticas profissionais).

Ainda que compreendamos que o poder acabe elegendo espaços e tempos para transcorrer de estratégias de resistência, como assinala Foucault (2000), também permite compreendermos como tais resistências revelam, para travestis, mulheres transexuais e homens trans possibilidades de denominar existências, ou melhor, de considerar no próprio corpo um espaço de mostraçã o e acontecimento da política e de experiências múltiplas, como enfatizam Carvalho e Melo (2019).

Na construção/produção de discursos, o poder também entra como uma arma de resistência, na medida em que encontra, nos acordos humanos, possibilidades outras de lidar com o próprio corpo. Para Jerome Kohn (2009), “Homens e mulheres politicamente reunidos na busca de um objetivo comum geram poder, que, ao contrário da força, provém das profundezas da esfera pública e a sustenta” (p. 37).

Assim, localizam-se onde o poder urge: da sustentação de discursos e saberes que são provenientes do *status* de publicização desses corpos – construídos à margem da cisheteronorma. Consonante a isso, Gadamer (2011), questiona acerca do peso que a tradição representa à humanidade. Nessa vertente, pode-se elencar que o discurso só se torna possível graças à articulação de saberes

produzidos pelas próprias experiências trans/travestis, na historicidade de suas existências, via apropriação desse poder que emana das relações socioculturais.

Os discursos aparecem revelados pela ação, como Arendt (2009) acreditava. A ação comunicaria a potência do poder, testemunhado pelas trocas políticas estabelecidas na tradição: um saber construído à margem que se centraliza pelo caráter de continuidade de histórias, da existência de corpos-resistência, indicando a política via “desempenho da árdua tarefa de manterem [corpos] vivos” (Arendt, 2009, p. 134, colchetes meus), apontando um espaço comum/comunidade.

Nessa tarefa, os discursos que se produzem apontam desde a detenção sobre o próprio conhecimento que se funda em suas práticas à ratificação de verdades que se tornam vigilantes, sempre à espreita da naturalização das condições de vida. Essas condições estão impregnadas ao que foi chamado de biopoder, gerador da biopolítica (Foucault, 2017).

Para Duarte (2010), “o conceito de biopolítica [...] se tornou importante ferramenta conceitual para a compreensão e o diagnóstico das crises e mutações políticas do presente” (p. 205), pois tematiza a importância de pensar o poder como estratégia de resistência de políticas estatais. A biopolítica considera os sujeitos a partir de suas condições de vidas vivíveis, instauradas à luz da permissão de estratégias de resistência do Estado – que não só compõem o arsenal de saberes que destinam práticas para o corpo, como concretizam o aparecimento de verdades coercitivas e corretivas.

A tese foucaultiana sobre o surgimento de estratégias de resistência aparece também pela e na construção de saberes da ciência, especialmente na determinação sobre o quê é do outro. Esta tese dialoga com os pressupostos arendtianos, quando refletem acerca das condições de liberdade nos espaços públicos.

Nesse recorte, a análise arendtiana sobre a biopolítica teria a ver com a condição de liberdade, pois esta esteve “experimentada de modo ativo pelos cidadãos no espaço público e constituiu-se como uma segunda forma de vida para cada homem da *polis*, o *biós politikós*, forma de conveniência na qual prevaleciam a ação coletiva e o discurso persuasivo entre iguais” (Duarte, 2010, p. 105).

A biopolítica interfere diretamente nos corpos, perfazendo estruturas que têm caráter de mensurar e vigiar os humanos e seus assuntos mundanos. O caráter oculto da biopolítica torna-se evidente, por exemplo, quando a ciência se retira da reflexão empreendida pela experiência dos corpos trans, configurando-os como realidades dissidentes – das quais ninguém sabe falar, atender, ensinar e acompanhar, mas repara, mensura, medica e reprime (Carvalho & Melo, 2019).

O poder instala-se, assim, pela construção de saberes que impõem, normatizando vidas. Assim como Arendt e Foucault, Agamben (2010) situa o poder como advindo da condição da vida política do humano. Para ele, os humanos estão em constante inclusão e exclusão na vida política, sendo esta cindida como *zoé* (o fato de viver comum a todos os seres vivos mundanos) e *bíos* (a maneira própria de cada indivíduo ou grupo viver).

Indo pela compreensão de Agamben, é possível entendermos como os corpos que fogem da naturalização imposta (tais como os corpos travestis e trans) são terminantemente cindidos na esfera pública, associados ao que ele denomina de *vida nua*. O termo “vida nua” refere-se, em Agamben, ao nascimento, uma metáfora que se aproximaria de quando “nascemos nus” e somos “vestidos” no decorrer do tempo – dadas as condições socioculturais pelas quais somos, previamente, embebecidos antes mesmo do nascimento.

A vida nua, portanto, subordinada à biopolítica, é entendida como sendo determinada pelo modo como as relações de poder são instituídas e testemunhadas na esfera pública. Para Agamben (2010), “Uma das

características essenciais da biopolítica moderna [...] é a sua necessidade de redefinir, continuamente, na vida, o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora” (p. 127). Em instituições de saúde e educação, por exemplo, podemos visualizar essa lógica a partir da ausência desses corpos via lógica de expulsão do sistema normativo de ensino ou a partir do modo técnico de olhar sobre intervenções em saúde.

Chohfi, Melo e Souza (2021) apontam que a expulsão de travestis e pessoas trans da escola é uma das primeiras formas de exclusão social (junto à expulsão familiar), suscitando em distanciamento e anulação de direitos fundamentais à vida humana. Corroborando com isto, Bento (2017) e Simpson (2015) enfatizam que a falta de acesso e/ou permanência em instituições educativas incitam também na desorganização da vida social e pública, tal como o acesso a serviços básicos de saúde e cuidados especializados. Com isso, entende-se que a biopolítica passaria, assim, a condicionar corpos, delimitando quais são legitimados no espaço público (e, portanto, cidadãos passíveis do direito à educação e à saúde) e quais são construídos à margem, desvestidos, nus.

Sobre isso, Duarte (2010) aponta que “O resultado final é que o moderno portador da cidadania não é o cidadão consciente e participe ativo da vida política, mas a vida nua do homem que nasce em determinado território, fato que traz consigo consequências biopolíticas devastadoras” (p. 297), pois, nascer em determinado país (como os países latino-americanos e, em especial, o Brasil), notoriamente, delimitaria consequências para as existências que ali participam ou não dos acordos políticos e políticas educativas e de saúde.

Todavia, os cidadãos podem buscar “refúgio” em outras nações. Mas, quando falamos de minorias LGBTI, como refugiar suas existências, dadas as condições de corpo, gênero e orientação sexual dissidentes inscritas e escritas no próprio corpo? Penso que essa questão está associada ao modo como se confundiu

poder com violência, tal como é possível encontrar ressonâncias no pensamento de Hannah Arendt.

CORPOS TRANS/TRAVESTIS E VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno que se dá a partir das relações estabelecidas entre as pessoas, produzida pela subjugação dos corpos humanos – seja na desconformidade com corporalidades, seja na substancialidade do corpo-político. Confundida como sinônimo de “poder”, “vigor”, “força” e “autoridade” (Arendt, 2018b), ela perpassa não só as relações testemunhadas no espaço público, mas determina modos e moldes que aprisionariam estes corpos aos espaços privados – inclusive à nomeação da própria experiência vivida.

As práticas perversas em saúde e educação em torno das existências dissidentes – tais como o desrespeito ao nome social, o cuidado cindido e a expulsão de pessoas trans do sistema educativo, por exemplo – demarcam como o poder construído num grupo entra em ação sobre os corpos diversos/divergentes (Souza, 2017). No entanto, o poder perde o sentido nessas relações, se entendemos que ele é algo que se concretiza publicamente a partir das trocas e acordos realizados entre humanos. Aqui, o poder aparece confundido com o que seria violência.

Para Arendt (2018, p. 60, grifo da autora), “O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo”. Seguindo essa perspectiva, o poder deixa de existir na medida em que ele é verticalizado, pressupondo um lado mais forte e um lado mais frágil (ou, de outro modo, o lado da professora e da médica “que sabe” e o lado da aluna e da paciente “que não sabe”).

Poderíamos dizer, aos olhos de Arendt (2018b, p. 63), que as práticas privadas e públicas examinam os corpos pelos crivos de uma autoridade estabelecida pelo “reconhecimento instantâneo e inquestionável” de um saber que antecederia a experiência de ser homem, de ser mulher e de ser travesti, dada a naturalização biológica que se torna o caráter diretivo e objetivo do conhecimento prévio para intervenções, como destacam Araguskú e Lee (2015) e Carvalho e Melo (2019), ao questionarem as práticas de cuidado voltadas ao público LGBTI por profissionais de psicologia.

Tal naturalização reverbera um fazer em torno da dominação e da coerção. Num primeiro momento, dominação e coerção seriam frutos, nessa perspectiva, de ações do poder científico/acadêmico. No entanto, elas são criações da violência, demarcadas pelo conjunto de amarras que elas delegam. Essa confusão ocorre, como diria Arendt (2018b), dadas as atribuições de compreensão de poder como violência. Contudo, violência e poder são contrários: onde um domina, o outro é coagido.

A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desapareição do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo. (Arendt, 2018b, p. 74).

Considera-se importante o entremeio que difere o poder da violência, pois a confusão gerada pelo uso dos dois termos foi e é ainda palco de notórias compreensões deturpadas, principalmente quando falamos do poder do Estado. Por um primeiro olhar, a violência atravessaria o poder, na medida em que este provoca e incita formas de dirigir vidas. A violência decorre das mesmas relações instituídas e constituídas no espaço público, porém é fruto de uma arquitetura construída como recurso último, no intuito de conservar o poder intacto.

Entretanto, na compreensão arendtiana, a violência deflagraria o poder, pois este não necessitaria daquela para sua condução. Mesmo que um governo de Estado, por exemplo, se utilize de meios violentos como garantia de um poder inquestionável (tais como os governos tirânicos e totalitários), a violência não é capaz de sustentar a suposta posição de hierarquia de poder. Ainda que a tortura seja um meio de dominação de corpos vivos, tal como em períodos de ditadura – ou em situações cotidianas de lgbtifobia, como aponta Fonseca (2015) – e tome uma tonalidade de poder para o governo, essa é apenas uma falsa sensação, pois a violência não consegue abarcar o sentido do poder, tornando-se sem finalidade.

O testemunho dos processos violentos aparece como oriundo das relações estabelecidas anteriores às existências trans e travestis. Nesse sentido, poderíamos conceber o poder e a violência como sistemas pré-políticos? Arrisco a dizer que não, pois, à medida em que entendemos que poder e violência urgem das trocas humanas estabelecidas, eles só são possíveis a partir do caráter político destas relações.

Ainda que tentemos achar o real “nascimento” do poder e da violência, penso que se torna uma tarefa complexa, dadas as sutilezas que envolvem a penumbra dos assuntos humanos. Nos dizeres de Arendt (2018b), “nada poderia ser teoricamente mais perigoso do que a tradição do pensamento organicista em assuntos políticos, por meio da qual poder e violência são interpretados em termos biológicos” (p. 94). O que a pensadora quer dizer é que ninguém nasceria com poder ou ninguém nasceria violento. Poder e violência estão amparados pelas relações em que surgem – especialmente nas instituições de educação e saúde.

É nesse sentido que podemos compreender que as experiências de travestis, mulheres transexuais e homens trans são palco para a discussão de poder e violência, dadas as considerações vivenciadas pública e socialmente nos

espaços institucionais e no viver cotidiano. Se estivessem acossadas às experiências cisheterossexuais, tal como a ordem vigente de nascimento, as travestilidades e as transexualidades não seriam solos profícuos de discussões e reflexões no cenário público, visto que indicariam corpos e vidas conformadas ao sistema cisheteronormativo, passando a produzir a naturalização de alguns corpos (Vergueiro, 2015; Vergueiro Simakawa, 2020).

Como exemplo das discussões advindas do campo da cisheteronormatividade, têm-se as analogias à “ideologia de gênero” no sistema escolar, e à “bolsa-travesti” (Souza, 2018), referente à bolsa concedida a pessoas trans/travestis, via Programa Transcidadania, na Cidade de São Paulo, contribuindo para a elevação escolar e a inserção no mercado de trabalho formal – discussões essas que caminham pela via contrária às concepções de gênero e direitos humanos, refletindo na insalubridade de políticas públicas efetivas.

A confusão originária entre poder e violência é um dos principais motivos geradores de prenúncios nas práticas profissionais, especialmente nas práticas educativas e médicas. Reitero que o discurso das instituições formativas (tradicionais e não-tradicionais) é, muitas vezes, gerador de ações que orientam e determinam a “saudação de controle” de vidas, deslegitimando as experiências de relações simbólicas e concretas do viver cotidiano de travestis, mulheres transexuais e homens trans, em sua maioria, como apontam Chohfi, Melo e Souza (2021).

Tais discursos são orientados pelas determinações anteriores que pré-estruturariam uma visão de mundo comum, no qual habitamos e co-construímos. Nessa direção, entendo que as práticas profissionais em saúde e educação partem (ainda que se encontrem na tentativa de romperem com processos naturalizados) de uma condição pré-discursiva, pois são permeadas pelo caráter da tradição das ciências, tal como se evidencia na formação de profissionais de saúde (Aragusuku & Lee, 2015).

Os discursos – sejam de onde partam – estão ancorados com o caráter da política, pois estão condicionados aos modos privativos de concretizar ações nos espaços públicos:

Como a maior parte da nossa experiência com a política foi obtida no campo de batalha da força bruta, é absolutamente natural que entendamos a ação política segundo categorias como coagir e ser coagidos, dominar e ser dominados, uma vez que é nelas que o verdadeiro significado de toda a violência se revela. (Arendt, 2009, p. 264)

A violência passa a ser concretizada quando os profissionais eximem travestis, mulheres transexuais e homens trans de contar sobre histórias e experiências, tornando-os(as) objetos de estudo aos crivos das ciências naturais e das disciplinas “biológicas” nas escolas. Enquanto objetos passíveis de um olhar “neutro” – que, de neutro, nada carrega –, a prática em educação e formação de profissionais de saúde, passa a estabelecer a primazia de um saber que se constrói por uma falsa sensação de “poder”; no entanto, de fato, este saber parece ser construído e disseminado pela via da violência.

Para Chauí (2018), “a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita” (p. 41), pois ela está interligada a diversos fatores que constituem a esfera social. As relações humanas, para a autora, estão sempre na iminência de efetivação da violência, especialmente porque a composição social do Estado torna as relações fadadas à anunciação das estruturas sociais – tais como o racismo, o machismo, a lgbtifobia e o modelo patriarcal (todas essas estruturas têm, no processo de formação de profissionais, uma condição peculiar).

O sistema patriarcal delega normas e condutas para as vidas humanas, ainda mais se elas fogem da estrutura esperada. Incidem sobre as vidas formas regradas para se viver íntima e socialmente, de modo que o espaço comum sai

do sentido de comunhão entre os acordos políticos para o que é massificado a todos em instituições. Assim, “O outro jamais é reconhecido como sujeito, tanto no sentido ético quanto no sentido político” (Chauí, 2018, p. 43), educativo e de cuidado.

O nome, o trabalho, os direitos e a voz, por exemplo, de travestis, mulheres transexuais e homens trans são negados. Há um acordo preestabelecido oficiosamente na esfera privada, de tal modo que passa a se tornar oficial nos espaços coletivamente habitados. Isso permite considerar que as práticas profissionais em educação e a formação de profissionais de saúde estão amparadas por uma estrutura prévia, que desestrutura e tortura física e simbolicamente os corpos trans e travestis nos contextos das práticas diárias.

ATENTANDO À POLÍTICA DO CORPO CONSTRUÍDO À MARGEM

Os modelos que estruturam as práticas e a formação de profissionais localizam-se no discurso de subjugação: o tempo de espera para requerer um laudo, os processos demorados para se conseguir retificar o nome civil e gênero, anos de acompanhamento para indicação de cirurgias redesignadoras. A burocracia que domina as práticas de saúde apoia-se na dominação, na coerção e na vigilância, formas mitigadas de punir corpos abjetos e precarizados que chegam à esfera circular.

Arendt (2018b, p. 55) pontua que a burocracia aparece, no mundo contemporâneo, como um “formidável” modo de dominação, indicando um “domínio de um sistema trincado de departamentos nos quais nenhum homem [...] nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como responsável e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém”.

Ainda que a burocracia apareça como o alvo, no que diz respeito às práticas de cuidado em saúde e educação (dada a configuração normativa das instituições

de ensino e da rede de saúde, por exemplo), ela não representaria o ponto crucial das indignações e inadequações dessas práticas e serviços oferecidos. Ao tornar a burocracia estrutural, o ponto da questão é, como diria Arendt (2018b, p. 55), deixar a questão na penumbra, sem lugar de partida e sem destino, “pois aí não há a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito”.

A presença dos corpos trans na escola e em instituições de saúde demarca uma construção outra de significados e sentido que o corpo toma. De um lado, é atribuído a ele a penumbra das “incertezas” sobre a que “sexo” pertenceria esses corpos e, de outro, permaneceria a perspectiva de que, por mais que ele se encontre na destreza em relacionar-se ao gênero com o qual a pessoa se identifica, cairia na “armadilha” de torná-lo o mais parecido possível ao padrão de corpo requerido (como o fazem a partir das tecnologias médicas de reparo).

A construção do corpo trans/travesti passa por diversas incertezas, especialmente quando ao uso dos aparelhos e tecnologias utilizadas para sua readequação ao gênero com o qual se identifica. Tais incertezas, mesmo que por “escolha” de quem revela no corpo a legitimidade de sua existência, são deflagradas por ações agressivas para o próprio corpo, especialmente quando desamparadas de intervenções profissionais dirigidas ao cuidado ético de corpos humanos, tais como as cirurgias de redesignação, mastoplastias masculinizadoras, implantes de silicone e injeções de silicone líquido industrial (SLI).

O SLI representa um artefato agressivo para a saúde, mesmo que muitas travestis e mulheres trans encontrem nele uma possibilidade de construção mais rápida de um corpo com o qual se identificam (Brasil, 2015). O recurso comum,

entre elas, é o das tecnologias implantadas pelas bombadeiras³, que, muitas vezes sem curso algum, dominam técnicas sobre a anatomia e fisiologia dos corpos. Isso é importante de ser pontuado, por entender que dimensões como estas estão amplamente interligadas com a forma como se estrutura concreta e simbolicamente essas vivências, uma questão que deveria ser cara à saúde e que enfatiza a importância de criação e efetivação de políticas públicas de saúde que articulem o cuidado à experiência coletiva (Simpson, 2015).

Há, nesse sentido, um autoflagelo na construção do corpo que se quer. Este flagelo só é considerado dadas as impossibilidades que essas pessoas têm no que diz respeito às tecnologias científicas que poderiam ser utilizadas nos espaços de saúde e nos centros médicos, de maneira a garantir um cuidado que considere a implicação de seus sujeitos na sua própria existência, sua saúde e seu direito à educação.

Aqui, lembro de Arendt (2018a, p. 38), quando a autora tematiza que a violência, na Grécia Antiga, estava sob condições também de nascimento e de liberdade. Para ela, “Ser pobre ou ter má saúde significava estar sujeito à necessidade física, e ser um escravo significava estar sujeito, também, à violência praticada pelo homem”.

Entendo que ser escravo, a esta época, tornava-o findado em sua condição, denotando uma particularidade muito específica. Entretanto, poderíamos pensar os corpos trans e travesti por entre essa ameaça de um corpo escravo: escravo de um sistema normativo, escravo como desprovidos de direitos básicos, escravos da estrutura biológica do corpo científico.

³ A figura da bombadeira é acompanhada, muitas vezes, da figura de cafetina. Geralmente, uma mulher transexual ou travesti mais velha que detém saberes sobre o corpo (genérico): onde aplicar SLI, de que modo, com quais instrumentos, qual a quantidade correta e limite para cada “parte” do corpo e como deve-se cuidar do “pós-operatório”.

Considero importante pensar que, nessa perspectiva, as corporalidades trans e travestis passam a ser inteiramente negadas de direito à existência própria. São, como Arendt (2018a, p. 71) frisa em relação aos escravos, “prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes”, condicionadas à naturalização construída no mesmo mundo que compartilham física, mas não existencialmente.

É por essa imposição que acho pertinente considerarmos também como esses corpos são considerados nos espaços públicos, tendo, por consequência, a negação de suas experiências. No próximo ponto, tentarei construir uma breve análise a partir de Agamben e Arendt (reconhecendo que há impasses e diferenças, mas também aproximações entre tais autores), para refletir como o público e o privado relacionam-se na condição mundana, apontando um possível norte para compreendermos a subjugação das corporalidades trans e travestis.

CORPO PÚBLICO-PRIVADO

Não é preciso irmos muito longe para entendermos que os corpos trans denotam, no espaço público, a desnaturalização, a desestruturação e a desconfiguração de um corpo esperado. O testemunho de travestis, mulheres transexuais e homens trans é atravessado por tempos extremos, nos quais a violência policial e do Estado implicam em agressões físicas e psicológicas.

Viver, sendo trans/travesti, representaria o viver como clandestino/a, exilado/a em si mesmo (Souza, 2017). Poderíamos relacionar isso ao que Agamben (2010, p. 31) questiona sobre o sentimento de pertencimento e não-pertencimento nos espaços públicos: “O que emerge nesta figura-limite é a crise radical de toda possibilidade de distinguir com clareza entre pertencimento e inclusão, entre o que está fora e o que está dentro, entre exceção e norma”.

Quando falamos de pertencimento, estamos em vias de considerar aquilo que diz respeito a aspectos com os quais nos relacionamos – seja nossa casa, nosso país, nossa família, nosso grupo social. Já quando falamos em inclusão, estamos falando em algo ou alguém que não faz parte desse grupo, mas que, por algum motivo, pode ser incluso e “fazer parte”, mesmo que não compactue com toda peculiaridade que se revela no grupo (daí reside a característica analogia de que, possivelmente, o sistema educativo acaba fazendo, muitas vezes, uma inclusão precária).

Essa condição de pertencimento/inclusão tem a ver com a relação de exceção constituída com o que Agamben chama de *bando*. Para o autor, bando designa tanto a exclusão da comunidade, quanto o conjunto de pessoas comandadas por um governo soberano. Passo a compreender que as existências trans e travestis são consideradas como bando: banidas da conjunção simbólica e política dos “acordos entre humanos”.

Segundo Agamben (2010, p. 35, grifo do autor), “Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto para fora da lei e indiferente a esta, mas é *abandonado* por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem”.

“*Posto fora da lei*”, os corpos trans e travesti passam a ser indiciados ao risco iminente de viver pela exclusão – ou inclusão precária. Corre-se o risco de entendermos que essas vidas (desqualificadas à vida) representam a “balbúrdia” de um sistema educativo configurado, quando, na verdade, são oriundas da falta de sentido que se encontra anterior à formação desse sistema. Banido é o “posto fora da lei” e, portanto, não pertence ao bando, tornando-o abandonado, excluído da configuração de “sujeito escolar” ou de “sujeito da saúde”.

Na medida em que essas existências convivem no limite da mesma *polis*, no mesmo espaço público, tendo no corpo o seu material biológico relacionado à

condição de viver, nem sempre é possível dizermos que elas são consideradas em suas particularidades, produzindo, como apontam Chohfi, Melo e Souza (2021) “violências e iniquidades em saúde” (p. 35). É nessa direção que poderíamos também considerar que os espaços e/ou grupos minoritários que terminantemente relacionam-se entre si estão associados à esfera privada do viver cotidiano, sendo excluídos da vida política e, portanto, da pública (Agamben, 2017).

Arendt (2009) ressalta que a convivência pública é a condição para os humanos “tornarem-se” humanos uns para os outros. Para a autora, “os homens realizam a sua plena humanidade, sua plena realidade como homens, não apenas porque são (como na privacidade da vida familiar), mas também porque *aparecem*” (p. 64, parênteses e grifo da autora).

Considero importante a tematização de Arendt para pensarmos como os corpos trans/travestis são deslegitimados nos espaços sociais. O apagamento e aniquilamento dessas existências nos espaços comumente formativos, são testemunhados como um lugar sem lugar, demarcado pela sua existência da própria marca de ser abandonado(a) no mundo em que coparticipa (Chohfi, Melo & Souza, 2021; Louro, Felipe & Goellner, 2013; Souza, 2017). Demarca-se, assim, a negociação privada para fundamentar direitos da vida, refletindo na publicização da estranheza gerada na escola e em instituições de saúde, ou seja, nos espaços coletivamente habitados. Ainda que a publicização do corpo seja marcada pela condição da pluralidade humana, é também apagada pela diferença do modo precarizado que o corpo passa a ocupar, especialmente quando comunica uma identidade de gênero à margem cisnormativa que a formação científica referencia.

Recorrendo a Arendt (2009), esse caráter poderia ser compreendido à luz do senso comum, ou seja, do que é comum aos humanos. Conforme a autora, apesar da singularidade que todos nós carregamos, a pluralidade é a

demarcadora de nossa existência-no-mundo. É, pois, a partir da constituição da pluralidade que os assuntos humanos são evidenciados e que as trocas e acordos são realizados, fundamentando a política e a comunhão dos espaços públicos. Portanto,

Assim como não existe ser humano como tal, mas somente homens e mulheres [e travestis] que em sua absoluta distinção são iguais, ou seja, *humanos*, essa identificação humana comum é a *igualdade* que, por sua vez, só se manifesta na diferença absoluta de um igual em relação ao outro (Arendt, 2009, p. 109, grifos da autora, colchetes meus).

Seguindo o mesmo caminho, os corpos são profundamente fincados na constituição da política, pois é pela iminência da igualdade – por serem corpos humanos – que se faz possível testemunhar suas possibilidades-no-mundo. A diferença dos corpos e a igualdade de gênero, mesmo que experienciados na esfera singular, são constitutivos dos espaços públicos e, logo, mudam o modo como as alianças políticas podem ser costuradas – especialmente por irem de encontro às violências epistêmicas oriundas de espaços formativos.

Essa costura social vai se fazendo a partir do modo como as relações públicas são construídas, de forma que o corpo passa a ser, publicamente, o depósito de expectativas, tornando-se demarcador de si mesmo, em seu “projeto de direito”. Assim, o corpo experienciado singularmente passa a ser palco de uma construção social que sai de sua individualidade (escola, e saúde, enquanto instituição) para ser diagramado a partir de seu “uso” e “implicação” no mundo (escola, enquanto espaço educativo e saúde enquanto ação de cuidado coletivo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA O INÍCIO DE UMA AÇÃO

O corpo, enquanto transeunte da esfera privada à esfera pública, relaciona-se à vida política, demarcada pela concepção de um corpo com sentido compartilhado, não mais privado de direitos. As concepções atuais,

especialmente as médicas e educativas, sobre os corpos trans e travesti estão muito mais relacionadas à confabulação pessoal aos cânones que fundam epistemologias que nada têm em comum com as experiências vividas coletivamente do que à (im)permanência de desamparo do mundo público comum (Chohfi, Melo & Souza, 2021; Louro, Felipe & Goellner, 2013; Vergueiro Simakawa, 2020). Assim, torna-se muito mais fácil considerar os corpos trans e travesti à luz da cisnormatividade estabelecida pelo “mundo de todos” do que pelo senso comum ou o que seria *comum a todos/as/es*.

Se entendemos que a política é marcada pelas relações humanas em pares ou em grupo, a garantia da educação e do cuidado em saúde que se faz via política, só aconteceria, nesse sentido, se mergulhada na experiência cotidiana compartilhada. Por esse caminho, penso que só seria possível acompanhar compreensões sobre o corpo trans/travesti, se caminarmos na direção de um *ethos* comunitário – dada a compreensão de humanidade via o sentido da vida que se empreende em comunidade, entre o que se torna comum, porém múltiplo, entre os humanos.

Assim, questiono: Como, então, as práticas educativas e de saúde podem atender-se a isso? De que modo seria possível construir saúde e educação de qualidade, que se debruçaria sobre a dimensão política do humano, anterior ao seu apagamento institucional? Aliás, o próprio apagamento também não seria político? E nas trocas entre humanos, também não estaria imbuída a própria possibilidade de se fazer uma educação e saúde política?

REFERÊNCIAS

Agamben, Giorgio. (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2a ed.). Belo Horizonte: UFMG.

Aragusuku, Henrique A., & Lee, Henrique O. (2015). A psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 5(1), 131-154.

Arendt, Hannah. (2018b). *A condição humana* (13a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Arendt, Hannah. (2018b). *Sobre a violência* (9a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Arendt, Hannah. (2009). *A promessa da política* (2a ed.). Rio de Janeiro: DIFEL.

Bento, Berenice. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.

Bento, Berenice. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

Brasil. Ministério da Saúde. (2015). *Transexualidade e Travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

Butler, Judith (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carvalho, Bruno R. B., & Melo, Jailton B. (2019). A psicologia como produtora de subjetividades: reflexões sobre a ação clínica face ao atendimento à população LGBTI. In Paulo C. Garcia & Emerson Inácio (Orgs.). *Intersexualidades: discursos interseccionais, saberes e sentidos do corpo* (pp. 53-66). Uberlândia: O sexo da palavra.

Chauí, Marilena (2018). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica.

Chohfi, Laiz Maria S., Melo, Jailton B. & Souza, Paola A. (2021). From epistemological violence to own epistemologies: narrative experiences with peripheral cis women, trans women and transvestite. *Saúde Debate*, 45(1), 27-37.

Duarte, André (2010). *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Fonseca, Weber (2015). *LGBTIfobia: casos de violência por discriminação de gêneros, identidades e orientações sexuais na Grande São Paulo*. São Bernardo do Campo: Lamparina Luminosa.

Foucault, Michel. (2017). *História da sexualidade: a vontade de saber* (5a ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Foucault, Michel (2000). *Microfísica do poder* (15a ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Gadamer, Hans-Georg. (2011). *O caráter oculto da saúde*. (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Kohn, Jerome (2009). Introdução. In Hannah Arendt. *A promessa da política* (2a ed.) (pp. 7-44). Rio de Janeiro: DIFEL.

Louro, Guacira L. (Org.). (2015). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (3a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Louro, Guacira L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Louro, Guacira L., Felipe, Jane, & Goellner, Silvana V. (Orgs.). (2013). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (9a ed.). Petrópolis: Vozes.

Oliveira, Marcos J. (2014). Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. *Estudos Feministas*, 22(3), 839-862.

Peres, Maria C. C., Soares, Suane F., & Dias, Maria C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados

Simpson, Keila (2015). Transexualidade e travestilidade na saúde. In Brasil. Ministério da Saúde, *Transexualidade e Travestilidade na Saúde* (pp. 9-16). Brasília: Ministério da Saúde.

Souza, Paola A. (2017). Uma pluma solitária. In Isabela L. Concilio, Marcos Amaral & Paula M. Silveira (Orgs.). *Transcidadania: Práticas e trajetórias de um programa transformador* (pp. 87-96). São Paulo: Koinonia.

Vergueiro, Viviane (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

Vergueiro Simakawa, V. (2020). Considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade: a identidade de gênero como categoria analítica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 21(2), 452-471.

CORPORALIDADE TRANS/TRAVESTI: NOTAS SOBRE O CORPO-POLÍTICO VIA PODER E VIOLÊNCIA

Resumo

Este trabalho parte da análise de corporalidades de travestis, mulheres transexuais e homens trans. A partir de uma leitura sobre o (bio)poder e as aproximações pelos caminhos da violência, intenta-se elaborar uma breve discussão entre Agamben, Arendt e Foucault como artifício para tematização de práticas humanas que dialogam com existências precarizadas, especialmente àquelas compreendidas como minorias na América Latina. Com isso, percebe-se que a ratificação de ideais, associadas à naturalização imposta pela cisheteronorma, fragmenta o sujeito moderno, especialmente quando este foge da diagramação de verdades importadas que têm como produto a instauração de inquéritos sobre vidas vivíveis. Assim, intenta-se considerar tais premissas na problematização de suas condições ética e política.

Palavras-chave

Corpo. Gênero. Poder. Violência.

CORPORALIDAD TRANS/TRAVESTI: APUNTES SOBRE EL CUERPO-POLÍTICO A TRAVÉS DEL PODER Y LA VIOLENCIA

Resumen

Este trabajo se basa en el análisis de la corporalidad de travestis, mujeres transexuales y los hombres trans. Con base en una lectura sobre el (bio)poder y las aproximaciones a lo largo de los caminos de la violencia, tenemos la intención de elaborar una breve discusión entre Agamben, Arendt y Foucault como un dispositivo para la tematización de las prácticas humanas que dialogan con las existencias precarias, especialmente aquellas entendidas como minorías en Latinoamérica. Con esto, queda claro que la ratificación de los ideales, asociada con la naturalización impuesta por el cisheteronorma, fragmenta al sujeto moderno, especialmente cuando este escapa de la diagramación de verdades impuestas que resultan en el establecimiento de investigaciones sobre vidas precarias. Por lo tanto, se pretende considerar tales premisas al problematizar sus condiciones ética y política.

Palabras clave

Cuerpo. Género. Poder. Violencia.

TRANS/TRANSVESTITE CORPOREALITY: NOTES ABOUT THE POLITICAL-BODY VIA POWER AND VIOLENCE

Abstract

This work is based on the analysis of the corporeality of transvestites, transsexual women and trans men. Based on a reading about the (bio)power and the approaches along the paths of violence, we intend to elaborate a brief discussion between Agamben, Arendt and Foucault as a device for the thematization of human practices that dialogue with precarious existences, especially those understood as minorities in Latin America. With this, we notice that the ratification of ideals, associated with the naturalization imposed by the cisheteronorma, fragments the modern subject, especially when they escapes the diagramming of imposed truths that result in the establishment of inquiries about livable lives. Thus, it is intended to consider such premises in problematizing their ethical and political conditions.

Keywords

Body. Gender. Power. Violence.

CONTRIBUIÇÃO

Jailton Melo

O autor declara ser a única responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O autor declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado que viabilizou a realização do estudo a partir do qual os dados desta contribuição foram obtidos.

COMO CITAR

Melo, Jailton (2022). Corporalidade trans/travesti: notas sobre o corpo-político via poder e violência. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(26), 969-996.